

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 9/2015, em que é recorrente **Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira** e entidade recorrida o 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial da Comarca de São Vicente.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 4/2023

I – Relatório

1. **Vanda Maria Ferro Nobre de Oliveira**, com os demais sinais de identificação nos autos, tendo sido notificada do Acórdão n.º 48/2020, de 30 de outubro, que negou provimento ao pedido de declaração de nulidade do Acórdão n.º 26/2020, de 09 de julho, veio, mais uma vez, através do presente incidente pós-decisório, arguir a nulidade daquele acórdão, formulando o pedido da seguinte forma:

“Nesses termos e nos mais de direito, solicita À V. Excia que declarem a nulidade da sua douta sentença, sob a forma do Acórdão n.º 48/2020 por violação de norma de processo e por contradição entre fundamentos e a decisão, sem prejuízo de recorrer para o Tribunal Judicial da CEDEAO, em caso de manutenção da decisão recorrida.”

É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir.

II – Fundamentação

O Acórdão n.º 5/2022, de 10 de fevereiro, publicado no Boletim Oficial I Série n.º 21, de 22 de fevereiro de 2022, havia assinalado de forma cristalina que depois de decidir um incidente pós-decisório que incide sobre uma decisão que põe termo ao processo, fica esgotado o poder cognitivo do Tribunal Constitucional relativamente ao objeto desse

processo. Significa que não se admite incidente pós-decisório de arguição de nulidade de um outro incidente pós-decisório de arguição de nulidade.

O requerimento em que se arguiu a nulidade do Acórdão n.º 48/2020, de 30 de outubro, não encontra qualquer espécie de enquadramento na ordem jurídica cabo-verdiana.

Quando se proferiu o Acórdão n.º 5/2022, de 10 de fevereiro, consignou-se que a legislação vigente não oferecia a base legal para que a Secretaria ou o Juiz Presidente pudesse, sem intervenção do Coletivo, ordenar a sua devolução.

Assim sendo, embora com enorme e manifesto prejuízo para a celeridade no exercício das funções da mais alta Instância Judicial Cabo-verdiana em matéria jurídico-constitucional, foi necessário realizar-se uma sessão em que o Tribunal reitera a decisão de não admitir qualquer incidente pós-decisório de incidentes pós-decisórios em processos findos.

Pois, tratando-se de um incidente pós-decisório de um incidente pós-decisório, o requerimento em que se arguiu a nulidade do Acórdão n.º 48/2020, de 30 de outubro, não pode ser admitido.

Importa, pois, aplicar ao caso em apreço e com a devida adaptação, a seguinte determinação constante do Acórdão n.º 5/2022, de 10 de fevereiro: *“Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem ordenar que a Secretaria Judicial devolva a peça em que o extraditado Alex Nain Saab Moran arguiu a nulidade do Acórdão n.º 57/2021, de 06 de dezembro, e que doravante não receba qualquer incidente relativamente ao Processo de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade n.º 2/2021.”*

III - Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem ordenar que a Secretaria Judicial desentranhe a peça em que se requereu a

declaração de nulidade do Acórdão n.º 48/2020, de 30 de outubro e que a mesma seja devolvida à requerente.

Registe, notifique e publique.

Praia, 18 de janeiro de 2023.

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 18 de janeiro de 2023.

O Secretário,

João Borges